

JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO

MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO



atlas

■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 09.01.2026

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2026 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.

■ O conteúdo desta obra é original e protegido por direitos autorais e não se destina ao uso para treinamento de sistemas de Inteligência Artificial (IA), aprendizado de máquina, mineração de dados ou qualquer outra finalidade similar sem autorização prévia por escrito.

■ Capa: Aurélio Corrêa

■ CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C323m

40. ed.

Carvalho Filho, José dos Santos

Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho. – 40. ed., rev., atual. e ampl. – Barueri [SP] : Atlas, 2026.

Inclui índice

ISBN 978-65-5977-836-2

1. Direito administrativo - Brasil. I. Título.



26-102752.0

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

abdr
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE EDITORES
DE LIVROS
E IMPRESSORES
Respeite o direito autoral!

zobio



Sumário

Capítulo 1. Direito Administrativo e Administração Pública	1
I. Introdução	1
1. O Estado.....	1
2. Poderes e Funções.....	2
3. Função Administrativa.....	3
4. Federação.....	4
4.1. Características.....	5
4.2. Autonomia: Capacidade de Autoadministração.....	5
5. Direito Administrativo.....	6
5.1. Breve Introdução.....	6
5.2. Conceito.....	6
5.3. Relações com Outros Ramos Jurídicos.....	7
II. Administração Pública: Sentidos	9
1. Sentido Objetivo.....	9
2. Sentido Subjetivo.....	10
III. Órgãos Públicos	10
1. Introdução.....	10
2. A Relação Órgão/Pessoa.....	10
2.1. Característica Básica.....	11
2.2. Criação e Extinção.....	11
3. Teorias de Caracterização do Órgão.....	12
4. Conceito.....	13
5. Capacidade Processual.....	13
6. Classificação.....	14
IV. Agentes Públicos	15
V. Princípios Administrativos	16
1. Princípios Expressos.....	16
1.1. Princípio da Legalidade.....	17
1.2. Princípio da Impessoalidade.....	17
1.3. Princípio da Moralidade.....	18
1.4. Princípio da Publicidade.....	22
1.5. Princípio da Eficiência.....	25
2. Princípios Reconhecidos.....	29
2.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público.....	29
2.2. Princípio da Autotutela.....	30
2.3. Princípio da Indisponibilidade.....	31
2.4. Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.....	31
2.5. Princípio da Segurança Jurídica (Proteção à Confiança).....	32
2.6. Princípio da Precaução.....	35
3. O Princípio da Razoabilidade.....	35
4. O Princípio da Proporcionalidade.....	37
VI. Súmulas	38
Capítulo 2. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos	39
I. Introdução	39

II. Uso e Abuso de Poder	39
1. Uso do Poder.....	39
2. Poder-Dever de Agir.....	40
3. Abuso do Poder.....	41
3.1. Sentido.....	41
3.2. Formas de Abuso: Excesso e Desvio de Poder.....	41
3.3. Efeitos.....	42
3.4. Abuso de Poder e Ilegalidade.....	43
3.5. Abuso de Autoridade.....	44
III. Poderes Administrativos	45
1. Conceito.....	45
2. Modalidades.....	45
2.1. Poder Discricionário.....	45
2.2. Poder Regulamentar.....	50
2.3. Poder de Polícia.....	57
IV. Deveres dos Administradores Públicos	57
1. Dever de Probidade.....	57
2. Dever de Prestar Contas.....	58
3. Dever de Eficiência.....	59
V. Hierarquia e Disciplina	60
1. Hierarquia.....	60
1.1. Efeitos.....	60
1.2. Subordinação e Vinculação.....	61
1.3. Hierarquia e Funções Estatais.....	61
2. Disciplina Funcional.....	62
2.1. Sentido.....	62
2.2. Direito Penal e Direito Punitivo Funcional.....	62
2.3. Procedimento de Apuração.....	64
Capítulo 3. Poder de Polícia	65
I. Introdução	65
II. Sentido Amplo e Estrito	65
III. Conceito	66
IV. Poder de Polícia no Direito Positivo	66
V. Competência	67
VI. Poder de Polícia Originário e Delegado	69
VII. Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	71
VIII. Fundamentos	72
IX. Finalidade	72
X. Âmbito de Incidência	73
XI. Atuação da Administração	73
1. Atos Normativos e Concretos.....	73
2. Determinações e Consentimentos Estatais.....	73
3. Atos de Fiscalização.....	75
XII. Limites	75
XIII. Características	75
1. Discricionariedade e Vinculação.....	75
2. Autoexecutoriedade.....	76
3. Coercibilidade.....	78
XIV. Legitimidade da Polícia Administrativa	79
1. Requisitos Gerais de Validade.....	79
2. Princípio da Proporcionalidade.....	79
XV. Sanções de Polícia	80
XVI. Súmulas	82
Capítulo 4. Ato Administrativo	85
I. Introdução	85
1. Fatos Administrativos.....	85

2.	Atos da Administração	86
3.	Atos Jurídicos e Atos Administrativos	87
II.	Conceito	88
1.	Sujeitos da Manifestação de Vontade	89
2.	Regime Jurídico de Direito Público	89
3.	Silêncio Administrativo	90
III.	Elementos	92
1.	Competência	93
1.1.	Sentido	93
1.2.	Fonte	93
1.3.	Características	94
1.4.	Critérios Definidores da Competência	94
1.5.	Delegação e Avocação	94
2.	Objeto	95
2.1.	Sentido	95
2.2.	Requisitos de Validade	96
2.3.	Discricionariedade e Vinculação	96
3.	Forma	97
3.1.	Sentido	97
3.2.	Requisito de Validade	97
3.3.	Princípio da Solenidade	97
4.	Motivo	98
4.1.	Sentido	98
4.2.	Discricionariedade e Vinculação	98
4.3.	Motivo e Motivação	99
4.4.	Teoria dos Motivos Determinantes	102
4.5.	Congruência entre o Motivo e o Resultado do Ato	103
5.	Finalidade	104
5.1.	Sentido	104
5.2.	Finalidade e Objeto	104
IV.	Características	105
1.	Imperatividade	105
2.	Presunção de Legitimidade	105
3.	Autoexecutoriedade	106
V.	Mérito Administrativo	107
1.	Sentido	107
2.	Vinculação e Discricionariedade	108
3.	Controle do Mérito	108
VI.	Formação e Efeitos	110
1.	Perfeição	110
2.	Eficácia	110
3.	Exequibilidade	110
4.	Validade	111
VII.	Classificação	111
1.	Critério dos Destinatários: Atos Gerais e Individuais	111
2.	Critério das Prerrogativas: Atos de Império e de Gestão	112
3.	Critério da Liberdade de Ação: Atos Vinculados e Discricionários	112
4.	Critério da Intervenção da Vontade Administrativa: Atos Simples, Compostos e Complexos	113
5.	Critério dos Efeitos: Atos Constitutivos, Declaratórios e Enunciativos	114
6.	Critério da Retratabilidade: Atos Revogáveis e Irrevogáveis	114
7.	Critério da Executoriedade: Atos Autoexecutórios e Não Autoexecutórios	115
VIII.	Espécies	115
1.	Espécies Quanto à Forma de Exteriorização	116
1.1.	Decretos e Regulamentos	116
1.2.	Resoluções, Deliberações e Regimentos	117
1.3.	Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos e Avisos	118
1.4.	Alvarás	118
1.5.	Ofícios	118
1.6.	Pareceres	118
1.7.	Certidões, Atestados e Declarações	120
1.8.	Despachos	121

2.	Espécies Quanto ao Conteúdo.....	121
2.1.	Licença.....	121
2.2.	Permissão.....	122
2.3.	Autorização.....	125
2.4.	Admissão.....	126
2.5.	Aprovação, Homologação e Visto.....	126
2.6.	Atos Sancionatórios.....	127
2.7.	Atos Funcionais.....	129
IX.	Procedimento Administrativo	129
X.	Extinção dos Atos Administrativos	130
1.	Extinção Natural.....	130
2.	Extinção Subjetiva.....	130
3.	Extinção Objetiva.....	130
4.	Caducidade.....	131
5.	Desfazimento Volitivo.....	131
XI.	Invalidação (ou Anulação)	131
1.	Teoria das Nulidades.....	131
1.1.	Introdução.....	131
1.2.	As Nulidades no Direito Privado.....	132
1.3.	A Controvérsia Doutrinária.....	132
1.4.	A Terminologia Adotada.....	133
2.	Conceito e Pressuposto.....	133
3.	Quem Pode Invalidar.....	134
4.	Dever de Invalidar.....	135
5.	Autotutela e Contraditório.....	137
6.	Efeitos.....	139
7.	Convalidação.....	140
XII.	Revogação	142
1.	Conceito.....	142
2.	Pressuposto.....	143
3.	Fundamento.....	143
4.	Origem.....	143
5.	Efeitos.....	144
6.	Inocorrência.....	144
7.	Revogação da Revogação.....	145
XIII.	Súmulas	146
Capítulo 5. Contratos Administrativos		147
I.	Introdução	147
II.	Contratos e Licitações	147
III.	Contratos da Administração Pública	148
1.	Contratos Privados da Administração.....	148
2.	Contratos Administrativos.....	149
IV.	Conceito	149
V.	Fontes Normativas	150
1.	Fonte Constitucional.....	150
2.	Fonte Legislativa.....	151
2.1.	Lei Básica.....	151
2.2.	A Aplicabilidade Concomitante.....	151
2.3.	Abrangência.....	152
VI.	Princípios	152
VII.	Sujeitos do Contrato	153
VIII.	Relação Contratual	154
1.	Natureza Jurídica.....	154
2.	Posição Preponderante da Administração.....	155
IX.	Prerrogativas da Administração	155
X.	Modalidades Contratuais	156
1.	Objeto como Ponto Diferencial.....	156
2.	Contratação de Compras (Fornecimento).....	157
3.	Contratação de Obras e Serviços de Engenharia.....	158

4.	Contratação de Serviços.....	159
5.	Outras Contratações.....	160
6.	Contratos de Publicidade.....	160
XI.	Formalização	161
XII.	Garantias	163
XIII.	Alocação de Riscos	163
XIV.	Duração e Prorrogação dos Contratos	164
XV.	Execução do Contrato	165
XVI.	Inexecução do Contrato	166
XVII.	Alteração do Contrato	168
XVIII.	Extinção do Contrato	171
1.	Sentido.....	171
2.	Cumprimento do Objeto.....	171
3.	Advento do Termo Final.....	172
4.	Hipóteses de Extinção.....	172
5.	Fontes da Extinção Contratual.....	173
6.	Efeitos da Extinção.....	173
XIX.	Recebimento do Objeto do Contrato	174
XX.	Pagamentos	174
XXI.	Invalidação dos Contratos	175
XXII.	Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias	176
XXIII.	Irregularidades	177
1.	Infrações e Sanções Administrativas.....	177
2.	Impugnações, Pedidos de Esclarecimento e Recursos.....	180
3.	Controle das Contratações.....	181
XXIV.	Crimes	182
XXV.	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	184
XXVI.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	184
XXVII.	Convênios Administrativos	185
XXVIII.	Consórcios Públicos	188
XXIX.	Súmulas	194
Capítulo 6. Licitação		195
I.	Introdução	195
II.	Conceito	195
III.	Natureza Jurídica	196
IV.	Fontes Normativas	196
1.	Fonte Constitucional.....	196
2.	Fonte Legislativa.....	197
2.1.	Lei Básica.....	197
2.2.	A Aplicabilidade Concomitante.....	197
V.	Destinatários	197
VI.	Fundamentos	198
1.	Moralidade Administrativa.....	198
2.	Igualdade de Oportunidades.....	199
VII.	Princípios	199
1.	Princípio da Legalidade.....	200
2.	Princípios da Moralidade, da Impessoalidade e da Probidade Administrativa.....	200
3.	Princípio da Igualdade.....	200
4.	Princípio da Publicidade.....	201
5.	Princípio da Vinculação ao Edital.....	201
6.	Princípio do Julgamento Objetivo.....	202
7.	Princípio da Competitividade.....	202
8.	Princípios da Eficiência, Eficácia, Economicidade e Celeridade.....	202
9.	Princípio do Interesse Público.....	203
10.	Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade.....	203
11.	Princípios da Motivação e Segurança Jurídica.....	204
12.	Princípio do Planejamento.....	204
13.	Princípio da Segregação de Funções.....	205
14.	Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável.....	205

VIII.	Processo Licitatório	205
IX.	Fase Preparatória	206
	1. Instrução	206
	2. Modalidades	208
	2.1. Noções Gerais	208
	2.2. Concorrência	208
	2.3. Pregão	208
	2.4. Concurso	209
	2.5. Leilão	209
	2.6. Diálogo Competitivo	209
	3. Critérios de Julgamento	210
	3.1. Critérios Gerais	210
	3.2. Maior Retorno Econômico e Contrato de Eficiência	210
X.	Divulgação do Edital	211
XI.	Propostas e Lances	212
XII.	Julgamento	213
XIII.	Habilitação	214
	1. Aspectos Gerais	214
	2. Habilitação Jurídica	214
	3. Habilitação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional	215
	4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista	215
	5. Habilitação Econômico-Financeira	215
XIV.	Encerramento da Licitação	216
XV.	Contratação Direta	217
	1. Processo de Contratação Direta	217
	2. Inexigibilidade de Licitação	218
	3. Dispensa de Licitação	221
	3.1. Noções Gerais	221
	3.2. Critério de Valor	222
	3.3. Licitação Fracassada	223
	3.4. Objetos Específicos	223
	3.5. Emergência e Calamidade Pública	225
	3.6. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	226
	3.7. Forças Armadas e Segurança Nacional	227
	3.8. Relações Interpessoais de Direito Público	228
	3.9. Área da Saúde	228
XVI.	Alienações	229
	1. Considerações Preliminares	229
	2. Bens Imóveis	229
	3. Bens Móveis	230
XVII.	Instrumentos Auxiliares	231
	1. Credenciamento	231
	2. Pré-Qualificação	232
	3. Procedimento de Manifestação de Interesse	232
	4. Sistema de Registro de Preços	233
	5. Registro Cadastral	234
XVIII.	Irregularidades	235
XIX.	Crimes	235
XX.	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	236
XXI.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	236
XXII.	Serviços de Publicidade	237
XXIII.	Súmulas	238
Capítulo 7. Serviços Públicos		239
I.	Introdução	239
II.	Conceito	240
III.	Características	241
	1. Sujeito Estatal	241
	2. Interesse Coletivo	241
	3. Regime de Direito Público	241

IV. Classificação	242
1. Serviços Delegáveis e Indelegáveis.....	242
2. Serviços Administrativos e de Utilidade Pública.....	243
3. Serviços Coletivos e Singulares.....	243
4. Serviços Sociais e Econômicos.....	244
V. Titularidade	245
1. Competência.....	245
2. Regulamentação.....	248
3. Controle.....	248
VI. Princípios	248
1. Princípio da Generalidade.....	249
2. Princípio da Continuidade.....	249
3. Princípio da Eficiência.....	253
4. Princípio da Modicidade.....	254
VII. Remuneração	254
VIII. Usuários	258
1. Direitos.....	258
2. Deveres.....	260
IX. Execução do Serviço	260
1. Execução Direta.....	261
2. Execução Indireta.....	261
2.1. Noção.....	261
2.2. Descentralização.....	261
2.2.1. Delegação Legal.....	263
2.2.2. Delegação Negocial: Particulares em Colaboração.....	263
3. Novas Formas de Prestação dos Serviços Públicos.....	264
3.1. Desestatização e Privatização.....	264
3.2. Gestão Associada.....	267
3.3. Regimes de Parceria (Terceiro Setor).....	268
3.3.1. Regime de Convênios Administrativos.....	269
3.3.2. Regime dos Contratos de Gestão (as Organizações Sociais).....	270
3.3.3. Gestão por Colaboração (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs).....	273
3.3.4. Regime Geral das Parcerias.....	276
3.3.5. Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.....	283
X. Marco Legal do Saneamento Básico	284
XI. Marco Legal das Ferrovias	286
XII. Súmulas	288
Capítulo 8. Concessão e Permissão de Serviços Públicos	289
I. Introdução	289
II. Fontes Normativas	290
1. Fonte Constitucional.....	290
2. Fonte Infraconstitucional.....	291
III. Concessão de Serviços Públicos (Concessão Comum)	291
1. Modalidades.....	291
2. Concessão de Serviço Público Simples.....	291
2.1. Conceito.....	291
2.2. Objeto.....	292
3. Concessão de Serviço Público Precedida da Execução de Obra Pública.....	293
3.1. Nomenclatura.....	293
3.2. Conceito.....	294
3.3. Objeto.....	294
4. Natureza Jurídica.....	295
4.1. O Caráter Contratual.....	295
4.2. Concessão e Permissão.....	296
5. A Relação Contratual.....	297
6. A Supremacia do Concedente.....	297
7. A Natureza do Concessionário e do Concedente.....	297
8. Concessão a Empresas Estatais.....	298

	9. Exigência de Licitação.....	299
	9.1. O Caráter de Obrigatoriedade	299
	9.2. Modalidades Licitatórias	300
	9.3. O Edital	300
	9.4. Critérios de Julgamento.....	301
	9.5. Fatores de Desclassificação	301
	9.6. Participação de Empresas Estatais	302
	10. Mutabilidade	302
	11. Política Tarifária.....	304
	12. Análise do Pacto de Concessão	308
	12.1. Autorização Legal.....	308
	12.2. Cláusulas Essenciais	309
	12.3. A Responsabilidade do Concessionário.....	310
	12.4. Transferência de Encargos.....	312
	12.5. Alteração do Concessionário.....	312
	12.6. Cessão de Créditos Operacionais	313
	13. Encargos do Concedente.....	313
	13.1. Fiscalização	313
	13.2. Intervenção na Propriedade Privada.....	314
	13.3. Outros Encargos Pertinentes.....	315
	14. Encargos do Concessionário.....	315
	14.1. O Serviço Adequado.....	315
	14.2. Transparência na Execução	316
	14.3. As Contratações do Concessionário.....	316
	15. Direitos e Obrigações dos Usuários	317
	16. Prazo da Concessão.....	319
	17. Intervenção na Concessão.....	320
	17.1. Sentido	320
	17.2. Procedimento	320
	18. Extinção	321
	18.1. Termo Final do Prazo.....	321
	18.2. Anulação.....	322
	18.3. Rescisão.....	322
	18.4. Caducidade.....	323
	18.5. Encampação.....	324
	18.6. Falência e Extinção da Concessionária	325
	19. Reversão.....	325
	20. Concessões Anteriores	327
	21. Controle dos Serviços Concedidos.....	328
	22. Concessão Florestal	329
IV.	Permissão de Serviços Públicos.....	331
	1. Conceito e Objeto	331
	2. Natureza Jurídica	331
	3. Diferença entre Concessão e Permissão	332
	4. A Permissão Condicionada.....	334
	5. Referências Constitucionais	334
	6. Responsabilidade Civil	335
	7. Aplicação de Regras Idênticas às das Concessões	335
	8. Extinção	336
	8.1. Termo Final do Prazo.....	336
	8.2. Anulação.....	336
	8.3. Encampação.....	337
	8.4. Caducidade.....	337
	8.5. Desfazimento por Iniciativa do Permissionário (Rescisão).....	338
	9. Permissão lotérica	338
V.	Concessão Especial de Serviços Públicos (Parcerias Público-Privadas).....	339
	1. Introdução.....	339
	2. Conceito e Natureza Jurídica	340
	3. Modalidades e Incidência Normativa.....	342
	4. Objeto.....	343
	5. Características e Diretrizes	344

6.2.	Cláusulas Essenciais, Não Essenciais e Vedações.....	345
7.	Contraprestação e Garantias.....	347
8.	Sociedade de Propósito Específico.....	350
9.	Licitações.....	351
9.1.	Introdução.....	351
9.2.	Modalidade e Condições.....	352
9.3.	Edital.....	353
9.4.	Procedimento.....	354
VI.	Autorização	355
VII.	Súmulas	359

Capítulo 9. Administração Direta e Indireta..... 361

I.	Noções Introdutórias	361
1.	Federação e Autonomia.....	361
2.	Poderes e Funções. A Função Administrativa.....	362
3.	Administração Pública.....	362
4.	Organização Administrativa: Centralização e Descentralização.....	362
5.	Princípios Regedores da Administração Pública.....	363
II.	Administração Direta	364
1.	Conceito.....	364
2.	Natureza da Função.....	364
3.	Abrangência.....	365
4.	Composição.....	365
5.	Contrato de Desempenho.....	366
5.1.	Introdução.....	366
5.2.	Lei Regulamentadora.....	367
5.3.	Contrato de Desempenho.....	367
5.4.	Natureza Jurídica.....	367
5.5.	Críticas à Fisionomia Contratual.....	368
5.6.	Finalidades.....	368
5.7.	Flexibilidades e Autonomias Especiais.....	368
5.8.	Cláusulas Obrigatórias.....	369
5.9.	Obrigações das Partes.....	369
5.10.	Suspensão e Rescisão.....	369
III.	Administração Indireta	369
1.	Conceito.....	369
2.	Natureza da Função.....	370
3.	Abrangência.....	370
4.	Composição.....	371
5.	Administração Fundacional.....	372
6.	Entidades Paraestatais.....	372
7.	Princípios da Administração Indireta.....	374
7.1.	Princípio da Reserva Legal.....	374
7.2.	Princípio da Especialidade.....	375
7.3.	Princípio do Controle.....	375
8.	Categorias Jurídicas.....	376
IV.	Autarquias	376
1.	Introdução.....	376
1.1.	Terminologia.....	376
1.2.	Autarquia e Autonomia.....	377
1.3.	Autarquias Institucionais e Territoriais.....	377
2.	Conceito.....	378
3.	Referências Normativas.....	378
4.	Personalidade Jurídica.....	378
5.	Criação, Organização e Extinção.....	379
6.	Objeto.....	380
7.	Classificação.....	380
7.1.	Quanto ao Nível Federativo.....	381
7.2.	Quanto ao Objeto.....	381
7.3.	Quanto ao Regime Jurídico (Autarquias de Regime Especial).....	383

8.	Agências Reguladoras	384
8.1.	Considerações Iniciais	384
8.2.	Criação das Agências	385
8.3.	Origens	385
8.4.	Disciplina Normativa	386
8.5.	Poder Regulatório	386
8.6.	Natureza Jurídica	387
8.7.	Características Especiais	387
8.8.	Poder Normativo Técnico	388
8.9.	Autonomia Decisória	388
8.10.	Autonomia Administrativa	389
8.11.	Autonomia Financeira	390
8.12.	Teoria da Captura	391
8.13.	Prestação de Contas e Controle Social	391
8.14.	Ouvidoria	392
8.15.	Articulação das Agências	392
8.16.	Regime Jurídico dos Servidores	393
9.	Agências Executivas	393
10.	Associações Públicas	394
11.	Aspectos Especiais das Autarquias	394
11.1.	Patrimônio	395
11.2.	Pessoal	395
11.3.	Controle Judicial	396
11.4.	Foro dos Litígios Judiciais	396
11.5.	Atos e Contratos	398
11.6.	Responsabilidade Civil	398
11.7.	Prerrogativas Autárquicas	398
V.	Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	400
1.	Introdução	400
2.	Referências Normativas	400
3.	Conceito	401
4.	Personalidade Jurídica	401
5.	Instituição e Extinção	402
6.	Subsidiárias	403
6.1.	Pessoas Subsidiárias	403
6.2.	Sociedades de Mera Participação do Estado	404
7.	Objeto	405
8.	Regime Jurídico	406
8.1.	Hibridismo	406
8.2.	Regime Constitucional	406
8.3.	Regime Legal	407
8.4.	Regime Estatutário	409
8.5.	Prescrição	409
9.	Regime Tributário	409
10.	Função Social	412
11.	Diferença entre as Entidades	412
11.1.	Constituição do Capital	412
11.2.	Forma Jurídica	413
11.3.	Foro Processual	413
12.	Patrimônio	414
13.	Pessoal	416
14.	Falência e Execução	417
14.1.	Falência	417
14.2.	Execução	418
15.	Responsabilidade Civil	419
16.	Governança Corporativa	420
16.1.	Sentido	420
16.2.	Transparência	421
16.3.	Estrutura e Gestão de Riscos	421

17.	Controle.....	422
17.1.	Controle Externo	422
17.2.	Controle Interno	422
17.3.	Arbitragem.....	423
18.	Participantes do Sistema.....	423
18.1.	Acionista Controlador	423
18.2.	Administradores	424
18.3.	Conselho de Administração.....	425
18.4.	Membro Independente.....	425
18.5.	Diretoria	426
18.6.	Comitê de Auditoria Estatutário	426
18.7.	Conselho Fiscal.....	426
19.	Atos Jurídicos	427
20.	Licitações.....	428
20.1.	Microsistema e Aplicabilidade.....	428
20.2.	Dispensa e Inexigibilidade de Licitação	428
20.2.1.	Exigibilidade de Licitação	428
20.2.2.	Dispensas Específicas	429
20.2.3.	Dispensas Genéricas	429
20.2.4.	Inexigibilidade.....	430
20.2.5.	Requisitos Comuns.....	430
20.3.	Disposições Gerais.....	430
20.3.1.	Regulamentos Internos.....	430
20.3.2.	Princípios e Diretrizes.....	430
20.3.3.	Aspectos Especiais.....	431
20.4.	Obras e Serviços.....	431
20.5.	Aquisição de Bens.....	432
20.6.	Alienação de Bens.....	433
20.7.	Procedimento Licitatório	433
20.8.	Procedimentos Auxiliares	434
21.	Contratos.....	434
21.1.	Natureza dos Contratos.....	434
21.2.	Formalização.....	435
21.3.	Alteração dos Contratos	435
21.4.	Sanções Administrativas	436
VI.	Fundações Públicas	436
1.	Introdução.....	436
2.	A Polêmica sobre a Natureza Jurídica das Fundações.....	437
2.1.	Conceito no Decreto-lei nº 200/1967	440
2.2.	O Tratamento da Matéria	441
3.	Característica Fundamental	441
4.	Objeto.....	441
5.	Criação e Extinção	442
6.	Regime Jurídico.....	443
6.1.	Prerrogativas.....	443
6.2.	Privilégios Tributários	444
7.	Patrimônio.....	444
8.	Pessoal.....	444
9.	Controle.....	445
9.1.	Controle Institucional.....	445
9.2.	Controle do Ministério Público.....	446
9.3.	Controle Judicial	446
10.	Foro dos Litígios	446
11.	Atos e Contratos.....	447
12.	Responsabilidade Civil	447
VII.	Outras Pessoas Jurídicas Vinculadas ao Estado	448
1.	Introdução.....	448
2.	Pessoas de Cooperação Governamental (Serviços Sociais Autônomos).....	448
2.1.	Sentido	448
2.2.	Natureza Jurídica	448

2.3.	Criação.....	449
2.4.	Objeto.....	449
2.5.	Recursos Financeiros.....	450
2.6.	Ausência de Fins Lucrativos.....	451
2.7.	Controle.....	451
2.8.	Outros Aspectos do Regime Jurídico.....	452
2.9.	Privilégios Tributários.....	455
3.	Organizações Colaboradoras (ou Parceiras).....	456
VIII.	Súmulas.....	456
Capítulo 10. Responsabilidade Civil do Estado.....		459
I.	Introdução.....	459
1.	Responsabilidade. Noção Jurídica.....	459
1.1.	Tipos de Responsabilidade.....	459
2.	Responsabilidade Civil.....	460
3.	O Dano e a Indenização.....	460
4.	Os Sujeitos do Cenário.....	461
II.	Evolução.....	461
1.	A Irresponsabilidade do Estado.....	461
2.	Teoria da Responsabilidade com Culpa.....	462
3.	Teoria da Culpa Administrativa.....	462
4.	Teoria da Responsabilidade Objetiva.....	463
5.	Fundamento da Responsabilidade Objetiva: A Teoria do Risco Administrativo.....	463
III.	Direito Brasileiro.....	464
1.	Código Civil.....	464
2.	Constituição Federal.....	465
3.	Análise dos Elementos Constitucionais.....	466
3.1.	Pessoas Responsáveis.....	466
3.2.	Agentes do Estado.....	468
3.3.	A Duplicidade de Relações Jurídicas.....	469
IV.	Aplicação da Responsabilidade Objetiva.....	469
1.	Pressupostos.....	469
2.	Ônus da Prova: Inversão.....	471
3.	Participação do Lesado.....	471
4.	Fatos Imprevisíveis.....	472
5.	Atos de Multidões.....	473
6.	Danos de Obra Pública.....	474
7.	Condutas Omissivas.....	475
8.	Responsabilidade Primária e Subsidiária.....	477
V.	Atos Legislativos.....	478
1.	Regra Geral.....	478
2.	Leis Inconstitucionais.....	479
3.	Leis de Efeitos Concretos.....	480
4.	Omissão Legislativa.....	480
VI.	Atos Judiciais.....	481
1.	Atos Administrativos e Jurisdicionais.....	481
2.	Condutas Dolosas.....	482
3.	Condutas Culposas.....	482
VII.	Reparação do Dano.....	484
1.	A Indenização.....	484
2.	Meios de Reparação do Dano.....	484
3.	Prescrição.....	485
4.	Sujeito Passivo da Lide.....	486
5.	Denúnciação à Lide.....	487
VIII.	O Direito de Regresso.....	488
1.	Sentido.....	488
2.	Meios de Solução.....	489
3.	Causa de Pedir.....	489
4.	Interesse de Agir.....	489
5.	Prescrição.....	490
IX.	Súmulas.....	491

Capítulo 11. Servidores Públicos	493
I. Agentes Públicos	493
1. Sentido.....	493
2. Classificação.....	493
2.1. Agentes Políticos.....	494
2.2. Agentes Particulares Colaboradores.....	494
2.3. Servidores Públicos.....	496
3. Agentes de Fato.....	496
II. Servidores Públicos	497
1. Sentido.....	497
2. Características.....	497
3. Classificação.....	498
3.1. Servidores Públicos Cíveis e Militares.....	498
3.2. Servidores Públicos Comuns e Especiais.....	499
3.3. Servidores Públicos Estatutários, Trabalhistas e Temporários.....	499
III. Regimes Jurídicos Funcionais	500
1. Regime Estatutário.....	501
2. Regime Trabalhista.....	502
2.1. Regime de Emprego Público.....	503
3. Regime Especial.....	505
3.1. Regime Especial das Administrações Tributárias.....	508
4. Regime Jurídico Único.....	509
5. Terceirização.....	511
IV. Organização Funcional	514
1. Quadro Funcional.....	514
2. Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	514
3. Classificação dos Cargos.....	516
4. Criação, Transformação e Extinção de Cargos.....	518
5. Provimento.....	521
5.1. Tipos de Provimento.....	521
5.2. Formas de Provimento.....	521
6. Investidura: Nomeação, Posse e Exercício.....	523
7. Reingresso.....	523
8. Vacância.....	525
9. Direito Adquirido dos Servidores.....	526
10. Cessão de Servidores.....	527
V. Regime Constitucional	528
1. Concurso Público.....	529
1.1. Sentido.....	529
1.2. Fundamento.....	530
1.3. Alcance da Exigência.....	531
1.4. Inexigibilidade.....	533
1.5. Concurso Interno.....	535
1.6. Inscrição e Aprovação.....	536
1.7. Validade.....	541
1.8. Precedência na Convocação.....	542
1.9. Sanção.....	542
1.10. Resultado do Concurso.....	543
1.11. Invalidação do Concurso.....	546
1.12. Sistema de Cotas: Reserva Étnica.....	548
1.13. Normas Gerais sobre Concursos Públicos.....	549
1.13.1. Legislação.....	549
1.13.2. A Questão da Constitucionalidade.....	550
1.13.3. Aplicabilidade.....	550
1.13.4. Vigência.....	551
1.13.5. Conteúdo normativo.....	551
2. Acessibilidade.....	552
2.1. Sentido.....	552
2.2. Incidência.....	552
2.3. Requisitos de Acesso.....	553

2.3.1.	Pessoas Portadoras de Deficiência	556
2.3.2.	Requisitos de Inscrição e do Cargo	557
2.4.	Sexo e Idade	560
2.5.	Exame Psicotécnico	562
2.6.	Acesso Profissional ao Idoso	563
2.7.	Direito à Amamentação	564
3.	Acumulação de Cargos e Funções	565
3.1.	Regra Geral	565
3.2.	Situações de Permissividade	566
3.3.	Efeitos	569
3.4.	Ingresso em Nova Carreira	569
3.5.	Convalidação Constitucional	571
4.	Estabilidade	571
4.1.	Noção do Instituto	571
4.2.	Estabilização Constitucional	573
4.3.	Estágio Probatório	574
4.4.	Estabilidade e Efetividade	576
4.5.	Demissão e Exoneração	576
4.6.	Exoneração Conversível em Demissão	579
4.7.	Servidores Trabalhistas	580
4.8.	Vitaliciedade	583
5.	Regime Previdenciário	583
5.1.	Previdência do Servidor Público	583
5.1.1.	Sentido	583
5.1.2.	Regimes de Previdência	584
5.1.3.	Abrangência do Regime Próprio	584
5.1.4.	Regulamentação do Regime Próprio	585
5.1.5.	Unicidade de Regimes e de Gestão	585
5.1.6.	Regime de Outros Agentes	586
5.1.7.	Ocupantes Exclusivos de Cargos em Comissão	586
5.2.	Contributividade	587
5.2.1.	Introdução	587
5.2.2.	Contributividade	587
5.2.3.	Contribuições	588
5.2.4.	Alíquotas de Contribuição	588
5.2.5.	Aposentados e Pensionistas	588
5.2.6.	Solidariedade no Regime Previdenciário	589
5.2.7.	Base de Contribuição	589
5.3.	Fundos Previdenciários Públicos	591
5.3.1.	Sentido	591
5.3.2.	Instituição e Extinção	591
5.3.3.	Requisitos	592
5.3.4.	Descumprimento e Responsabilidade	592
5.4.	Previdência Complementar	592
5.4.1.	Aspectos Iniciais	592
5.4.2.	Previdência Complementar dos Servidores	593
5.4.3.	Instituição	593
5.4.4.	Entidades de Previdência Complementar	594
5.4.5.	Plano de Benefícios	594
5.4.6.	Ingresso no Sistema e Opção	595
5.5.	Aposentadoria	595
5.5.1.	Conceito	595
5.5.2.	Natureza Jurídica	595
5.5.3.	Prazos Extintivos	596
5.5.4.	Aposentadoria Punitiva	597
5.5.5.	Regime Jurídico	598
5.5.6.	Modalidades de Aposentadoria	599

5.5.7.	Aposentadoria Voluntária.....	599
5.5.8.	Aposentadoria por Incapacidade Permanente	599
5.5.9.	Aposentadoria Compulsória	600
5.5.10.	Requisitos e Critérios Diferenciados.....	601
5.5.11.	Aposentadorias Especiais.....	601
5.5.12.	Proventos.....	602
5.5.13.	Cumulação de Proventos.....	604
5.5.14.	Revisão de Proventos	605
5.5.15.	Contagem de Tempo	606
5.5.16.	Direito Adquirido.....	607
5.5.17.	Situações Transitórias	608
5.5.18.	Desaposentação (Renúncia à Aposentadoria).....	611
5.5.19.	Cassação de Aposentadoria	612
5.5.20.	Aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência	613
5.6.	Pensões	614
5.6.1.	Sentido e Natureza Jurídica	614
5.6.2.	Disciplina Jurídica	615
5.6.3.	Contributividade e Solidariedade	615
5.6.4.	Base e Valor da Contribuição.....	615
5.6.5.	Cálculo da Pensão.....	616
5.6.6.	Incidência Normativa	616
5.6.7.	Acumulação de Pensões	616
5.6.8.	Revisão da Pensão	617
5.6.9.	Prescrição	617
5.7.	PEC Paralela	617
6.	Disponibilidade	620
6.1.	Sentido	620
6.2.	Pressupostos	620
6.3.	Incidência	621
6.4.	Efeitos.....	622
6.5.	A Questão dos Proventos.....	622
7.	Mandato Eletivo	624
8.	Sistema Constitucional de Remuneração.....	625
8.1.	Remuneração.....	625
8.1.1.	Remuneração Básica	626
8.1.2.	Vantagens Pecuniárias	629
8.2.	Revisão Remuneratória.....	632
8.3.	Irredutibilidade	635
8.4.	Isonomia	637
8.5.	Vinculação e Teto.....	638
8.6.	Pagamento com Atraso.....	643
8.7.	Pagamento a Maior.....	645
9.	Associação Sindical e Direito de Greve.....	646
9.1.	Associação Sindical.....	646
9.2.	Greve	647
10.	Direitos Sociais dos Servidores	651
VI.	Responsabilidade dos Servidores Públicos.....	653
1.	Responsabilidade Civil.....	654
2.	Responsabilidade Penal.....	655
3.	Responsabilidade Administrativa	656
4.	Efeitos da Decisão Penal nas Esferas Civil e Administrativa	657
4.1.	Repercussão na Esfera Civil.....	657
4.2.	Repercussão na Esfera Administrativa.....	658
4.3.	Crimes Funcionais.....	658
4.3.1.	Condenação.....	658
4.3.2.	Absolvição.....	659

4.4.	Crimes Não Funcionais.....	660
4.4.1.	Condenação.....	660
4.4.2.	Absolvição.....	660
4.4.3.	Absolvição na Esfera Administrativa.....	661
VII.	Súmulas.....	661
Capítulo 12. Intervenção do Estado.....		665
I.	Introdução.....	665
1.	Breve Histórico.....	665
2.	Propriedade.....	666
II.	Intervenção do Estado.....	666
1.	Sentido.....	666
2.	Quadro Normativo Constitucional.....	667
III.	Competência.....	667
IV.	Fundamentos.....	668
1.	Supremacia do Interesse Público.....	668
2.	Função Social da Propriedade.....	669
V.	Modalidades.....	670
VI.	Servidão Administrativa.....	671
1.	Sentido e Natureza Jurídica.....	671
2.	Fundamentos.....	671
3.	Objeto.....	672
4.	Formas de Instituição.....	673
5.	Extinção.....	674
6.	Indenização.....	675
7.	Características.....	676
VII.	Requisição.....	676
1.	Sentido.....	676
2.	Fundamentos.....	677
3.	Objeto e Indenização.....	678
4.	Instituição e Extinção.....	678
5.	Características.....	679
VIII.	Ocupação Temporária.....	679
1.	Sentido e Objeto.....	679
2.	Fundamentos.....	680
3.	Modalidades e Indenização.....	680
4.	Instituição e Extinção.....	681
5.	Características.....	682
IX.	Limitações Administrativas.....	682
1.	Sentido.....	682
2.	Natureza Jurídica.....	683
3.	Fundamentos.....	684
4.	Indenização.....	684
5.	Características.....	685
X.	Tombamento.....	685
1.	Sentido.....	685
2.	Fonte Normativa.....	686
3.	Fundamento.....	687
4.	Objeto.....	688
5.	Natureza Jurídica.....	688
6.	Espécies.....	689
7.	Instituição.....	690
7.1.	Desfazimento.....	692
8.	Processo Administrativo.....	693
9.	Efeitos.....	693
10.	Controle.....	695
11.	Outros Instrumentos Protetivos.....	696
XI.	Súmulas.....	697

Capítulo 13. Desapropriação	699
I. Introdução	699
II. Conceito	700
III. Natureza Jurídica	700
IV. Pressupostos	700
V. Fontes Normativas e Espécies	701
VI. Objeto	703
1. Regra Geral.....	703
2. Bens Públicos.....	704
3. Bens de Entidades da Administração Indireta.....	705
4. Margens dos Rios Navegáveis.....	706
VII. Forma de Aquisição	707
VIII. Competências	708
1. Competência Legislativa.....	708
2. Competência Declaratória.....	708
3. Competência Executória.....	710
IX. Destinação dos Bens Desapropriados	711
1. Regra Geral.....	711
2. Casos Especiais.....	712
2.1. Desapropriação por Zona.....	712
2.2. Desapropriação Urbanística.....	713
2.3. Desapropriação por Interesse Social.....	714
2.4. Desapropriação-Confisco.....	714
2.5. Desapropriação de Núcleos Urbanos Informais.....	715
X. Fase Declaratória	715
1. Declaração Expropriatória.....	715
2. Conteúdo.....	716
3. Formalização.....	717
4. Natureza Jurídica.....	718
4.1. Controle Judicial.....	718
5. Efeitos.....	719
6. Caducidade.....	719
XI. Fase Executória	721
1. Via Administrativa.....	721
1.1. Alienação por Acordo.....	721
1.2. Notificação e Acordo.....	722
2. Via Judicial.....	723
XII. Ação de Desapropriação	724
1. Partes.....	724
2. A Pretensão.....	724
3. A Contestação.....	725
4. Imissão Provisória na Posse.....	726
4.1. Permissão Legal.....	726
4.2. Pressupostos.....	727
4.3. Urgência.....	727
4.4. Depósito Prévio.....	727
4.5. Levantamento Parcial do Depósito.....	728
5. Prova Pericial.....	729
6. Intervenção do Ministério Público.....	730
7. Sentença.....	731
8. Transferência da Propriedade.....	732
XIII. Indenização	732
1. Regra Geral.....	732
2. Situações Especiais.....	735
3. Enfitese, Jazidas e Direito de Superfície.....	735
4. Juros Moratórios e Compensatórios.....	737
4.1. Juros Moratórios.....	737
4.2. Juros Compensatórios.....	739
4.3. Cumulatividade.....	742
5. Atualização Monetária.....	742

6.	Honorários.....	743
7.	Direitos de Terceiros	744
XIV.	Desistência da Desapropriação	746
XV.	Desapropriação Indireta.....	746
1.	Sentido.....	746
2.	Fundamento	748
3.	Proteção Possessória.....	748
4.	Ação do Expropriado	749
4.1.	Caracterização	749
4.2.	Natureza e Legitimidade para a Ação	750
4.3.	Foro da Ação.....	751
4.4.	Prescrição da Ação (Pretensão)	751
4.5.	Acréscimos Indenizatórios	753
4.6.	Despesas Processuais	756
5.	Aposamento Administrativo.....	756
XVI.	Direito de Extensão	757
1.	Sentido.....	757
2.	Fundamento	757
3.	Outros Aspectos.....	759
3.1.	Admissibilidade	759
3.2.	Oportunidade do Exercício do Direito	759
XVII.	Retrocessão.....	760
1.	Noção Jurídica.....	760
2.	Natureza do Direito.....	761
3.	Aspectos Especiais	762
3.1.	Tredestinação.....	762
3.2.	Demora na Utilização do Bem	763
3.3.	Prescrição.....	764
3.4.	Alienação por Acordo.....	764
XVIII.	Desapropriação Rural.....	765
1.	Introdução.....	765
2.	Aspectos Especiais	765
2.1.	Competência.....	765
2.2.	Função Social Rural.....	765
2.3.	Indenização	766
2.4.	Inaplicabilidade da Desapropriação.....	767
3.	Procedimento Expropriatório.....	767
3.1.	Procedimento Administrativo.....	768
3.2.	Procedimento Judicial.....	769
XIX.	Desapropriação Confiscatória	771
XX.	Desapropriação Urbanística Sancionatória	774
XXI.	Súmulas.....	776
Capítulo 14. Atuação do Estado no Domínio Econômico		779
I.	Introdução.....	779
1.	O Liberalismo Econômico	779
2.	Modelo Interventivo.....	780
3.	Constitucionalização Normativa	780
4.	Quadro Normativo	781
II.	Ordem Econômica	781
1.	Fundamentos	781
1.1.	Valorização do Trabalho Humano	782
1.2.	Liberdade de Iniciativa.....	782
2.	Princípios.....	783
3.	Declaração de Direitos da Liberdade Econômica.....	784
III.	Formas de Atuação do Estado	785
IV.	Estado Regulador	786
1.	Sentido.....	786
2.	Natureza da Atuação.....	787
3.	Competências	787

4.	Repressão ao Abuso do Poder Econômico	788
4.1.	Sentido	788
4.2.	Formas de Abuso.....	789
4.3.	Trustes, Cartéis e <i>Dumping</i>	789
4.4.	Normas e Meios Repressivos	790
5.	Controle do Abastecimento	792
6.	Tabelamento de Preços	793
7.	Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	794
V.	Estado Executor	796
1.	Formas.....	797
2.	Exploração Direta	797
2.1.	Regra Geral.....	797
2.2.	Pressupostos	798
3.	Exploração Indireta	799
3.1.	Sentido	799
3.2.	As Empresas do Estado.....	799
VI.	Monopólio Estatal	800
1.	Sentido.....	800
2.	Natureza Jurídica	801
3.	Monopólio e Privilégio	801
4.	Atividades Monopolizadas	801
VII.	Súmulas	803
Capítulo 15. Controle da Administração Pública		805
I.	Introdução	805
1.	Controle Político e Controle Administrativo.....	805
2.	Fundamentos	806
II.	Controle	807
1.	Sentido.....	807
2.	Objetivo	807
3.	Natureza Jurídica	808
4.	Classificação	808
4.1.	Quanto à Natureza do Controlador	808
4.2.	Quanto à Extensão do Controle	809
4.3.	Quanto à Natureza do Controle	809
4.4.	Quanto ao Âmbito da Administração.....	811
4.5.	Quanto à Oportunidade.....	811
4.6.	Quanto à Iniciativa.....	811
III.	Controle Administrativo	812
1.	Sentido.....	812
2.	Objetivos	812
3.	Meios de Controle	812
3.1.	Controle Ministerial.....	813
3.2.	Hierarquia Orgânica	813
3.3.	Direito de Petição.....	813
3.4.	Revisão Recursal	814
3.5.	Controle Social	814
3.6.	Outros Instrumentos Legais.....	816
4.	Recursos Administrativos	816
4.1.	Sentido	816
4.2.	Fundamentos e Objetivo	817
4.3.	Natureza Jurídica.....	818
4.4.	Formalização	818
4.5.	Classificação	819
4.6.	Espécies.....	820
4.7.	Efeitos.....	822
4.8.	Exigência de Garantia.....	823
4.9.	<i>Reformatio in Pejus</i>	825
4.10.	Exaustão da Via Administrativa	826

5.	Coisa Julgada Administrativa	827
6.	Prazos Extintivos (Prescrição Administrativa)	828
7.	Processo Administrativo	831
7.1.	Introdução	831
7.2.	Sentido	833
7.3.	Classificação	834
7.4.	Objeto	835
7.5.	Princípios	836
7.6.	Processo Administrativo na Administração Federal	841
7.7.	Processo Administrativo Disciplinar	848
8.	Arbitragem	860
9.	Mediação	862
10.	Acordo Terminativo de Litígios	863
11.	Responsabilidade Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas (Lei Anticorrupção)	864
IV.	Controle Legislativo	867
1.	Sentido e Fundamento	867
2.	Espécies de Controle	868
2.1.	Controle Político	868
2.2.	Controle Financeiro	869
3.	Tribunal de Contas	872
V.	Controle Judicial	877
1.	Sentido	877
2.	Sistemas de Controle	880
2.1.	Sistema do Contencioso Administrativo	880
2.2.	Sistema da Unidade de Jurisdição	881
3.	Natureza	882
4.	Oportunidade	882
5.	Atos sob Controle Especial	883
5.1.	Atos Políticos	883
5.2.	Atos Legislativos Típicos	884
5.3.	Atos <i>Interna Corporis</i>	885
6.	Instrumentos de Controle	886
6.1.	Meios Inespecíficos	886
6.2.	Meios Específicos	886
7.	Prescrição de Ações contra a Fazenda Pública	887
7.1.	Sentido	887
7.2.	Fonte Normativa	887
7.3.	Direitos Pessoais e Reais	888
7.4.	Interrupção e Suspensão	890
7.5.	Prescrição da Ação e Prescrição das Prestações	891
7.6.	Prescrição Intercorrente	892
7.7.	Apreciação no Processo	892
8.	Mandado de Segurança	893
8.1.	Conceito	893
8.2.	Espécies e Fontes Normativas	894
8.3.	A Tutela	894
8.4.	Impetrante	895
8.5.	Impetrado	895
8.6.	Formas de Tutela	897
8.7.	Descabimento	897
8.8.	Medida Liminar	899
8.9.	Competência	900
8.10.	Prazo	901
8.11.	Sentença e Coisa Julgada	902
8.12.	Mandado de Segurança Coletivo	903
8.13.	Aspectos Especiais	905
9.	<i>Habeas Corpus</i>	907
9.1.	Conceito e Fontes Normativas	907
9.2.	Pressupostos Constitucionais	908
9.3.	Espécies	908
9.4.	Constrangimento Ilegal	908
9.5.	Competência	909

10. Ação Popular	909
10.1. Conceito e Fontes Normativas	909
10.2. Bens Tutelados	910
10.3. Competência	910
10.4. Legitimação Ativa e Passiva	910
10.5. Objeto da Ação	911
10.6. Liminar	912
10.7. Sentença e Coisa Julgada	913
11. Mandado de Injunção	914
11.1. Conceito, Fonte Normativa e Modalidades	914
11.2. Pressupostos	914
11.3. Bens Tutelados	915
11.4. Competência	915
11.5. Legitimação Ativa e Passiva	916
11.6. Liminar	916
11.7. Procedimento	917
11.8. Decisão	917
11.9. Mandado de Injunção Coletivo	918
12. Habeas Data	919
12.1. Conceito e Fonte Normativa	919
12.2. Bem Tutelado	920
12.3. Partes	920
12.4. Competência	920
12.5. Interesse de Agir	921
12.6. Pedido	921
12.7. Procedimento	922
12.8. Decisão e Recursos	922
13. Ação Civil Pública	923
13.1. Conceito e Fontes Normativas	923
13.2. Bens Tutelados	924
13.3. Espécies de Tutela	925
13.4. Partes	926
13.5. Sentença e Coisa Julgada	927
14. Improbidade Administrativa	928
14.1. Microsistema da Improbidade Administrativa	928
14.2. Ação de Improbidade	929
14.3. Fontes Normativas	929
14.3.1. Fontes Constitucionais	929
14.3.2. Direito Administrativo Sancionador	930
14.3.3. Fontes Legislativas	930
14.4. Lei Reguladora	931
14.4.1. Natureza	931
14.4.2. Abrangência	931
14.5. Uso Indevido da Ação	932
14.6. Ato de Improbidade Administrativa	932
14.6.1. Noção	932
14.6.2. Dolo	933
14.6.3. Atipicidade da Conduta	934
14.6.4. Retroatividade	934
14.7. Objeto da Tutela	935
14.8. Sujeito Passivo da Improbidade	935
14.8.1. Conceito	935
14.8.2. Entidades Federativas	936
14.8.3. Administração Indireta	936
14.8.4. Entidades do Setor Privado	936
14.8.5. Outras Entidades	937
14.9. Sujeito Ativo da Improbidade	937
14.9.1. Conceito	937
14.9.2. Agentes Públicos	938
14.9.3. Agentes Políticos	938
14.9.4. Servidores Públicos	939
14.9.5. Outros Agentes	940

1.	Capacidade Processual.....	981
2.	Pessoas Federais.....	982
3.	Pessoas Estaduais e Pessoa Distrital.....	983
4.	Pessoas Municipais.....	985
5.	Representação Judicial.....	985
6.	Particularidades Processuais.....	986
7.	Despesas Judiciais.....	991
8.	Pagamento dos Créditos de Terceiros.....	993
8.1.	Sistema de Precatórios.....	993
8.2.	Fazenda Pública.....	993
8.3.	Execução dos Créditos.....	994
8.4.	Débitos Fazendários Especiais.....	994
8.5.	Obrigações de Pequeno Valor.....	995
8.6.	Precatórios Complementares e Fracionamento.....	996
8.7.	Dotações Orçamentárias.....	996
8.8.	Débitos do Credor.....	997
8.9.	Atualização de Valores.....	997
8.10.	Cessão de Créditos.....	998
8.11.	Precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios.....	998
8.12.	Comprometimento dos Precatórios.....	999
8.13.	Precatórios de Grande Valor.....	999
8.14.	Amortização de Dívidas de Entes Públicos.....	1000
8.15.	Limitações ao Pagamento de Precatórios.....	1000
8.16.	Processo Administrativo.....	1001
8.17.	Regime Transitório.....	1002
VII.	Controle Estatal na LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	1003
1.	Considerações Iniciais.....	1003
2.	Valores Abstratos e Motivação (art. 20).....	1003
3.	Consequências e Regularização de Condutas (art. 21).....	1004
4.	Gestão Complexa e Políticas Públicas (art. 22).....	1004
5.	Nova Interpretação ou Orientação (art. 23).....	1005
6.	Revisão de Validade (art. 24).....	1006
7.	Celebração de Compromisso (art. 26).....	1006
8.	Compensação e Compromisso Processual (art. 27).....	1007
9.	Responsabilidade Pessoal do Agente (art. 28).....	1008
10.	Atos Normativos e Consulta Pública (art. 29).....	1009
11.	Segurança Jurídica (art. 30).....	1009
VIII.	Súmulas.....	1010
Capítulo 16. Bens Públicos.....		1015
I.	Introdução.....	1015
1.	Domínio Público.....	1015
2.	Domínio Eminente.....	1015
II.	Conceito.....	1016
III.	Bens das Pessoas Administrativas Privadas.....	1018
IV.	Classificação.....	1020
1.	Quanto à Titularidade.....	1020
1.1.	Bens Federais.....	1020
1.2.	Bens Estaduais e Distritais.....	1021
1.3.	Bens Municipais.....	1021
2.	Quanto à Destinação.....	1021
2.1.	Bens de Uso Comum do Povo.....	1022
2.2.	Bens de Uso Especial.....	1022
2.3.	Bens Dominicais.....	1023
3.	Quanto à Disponibilidade.....	1024
3.1.	Bens Indisponíveis.....	1024
3.2.	Bens Patrimoniais Indisponíveis.....	1024
3.3.	Bens Patrimoniais Disponíveis.....	1025
V.	Afetação e Desafetação.....	1025
VI.	Regime Jurídico.....	1027
1.	Alienabilidade Condicionada.....	1027

2.	Impenhorabilidade	1028
3.	Imprescritibilidade	1028
4.	Não Onerabilidade	1030
VII.	Aquisição	1030
1.	Introdução	1030
2.	Classificação	1031
3.	Formas de Aquisição	1031
3.1.	Contratos	1031
3.2.	Usucapião	1032
3.3.	Desapropriação	1033
3.4.	Acesso	1033
3.5.	Aquisição <i>Causa Mortis</i>	1034
3.6.	Arrematação	1034
3.7.	Adjudicação	1035
3.8.	Resgate na Enfitese	1035
3.9.	Aquisição <i>Ex Vi Legis</i>	1035
VIII.	Gestão dos Bens Públicos	1037
1.	Sentido	1037
2.	Uso dos Bens Públicos	1037
3.	Formas de Uso	1038
3.1.	Uso Comum	1039
3.2.	Uso Especial	1039
3.3.	Uso Compartilhado	1040
3.4.	Cemitérios Públicos	1043
4.	Uso Privativo	1045
4.1.	Autorização de Uso	1047
4.2.	Permissão de Uso	1048
4.3.	Concessão de Uso	1050
4.4.	Concessão de Direito Real de Uso	1052
4.5.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia	1054
4.6.	Cessão de Uso	1058
4.7.	Formas de Direito Privado	1059
IX.	Alienação	1064
1.	Considerações Gerais	1064
2.	Competência Normativa e Reguladora	1064
3.	Instrumentos Comuns	1065
3.1.	Venda	1066
3.2.	Doação	1067
3.3.	Permuta	1068
3.4.	Doação em Pagamento	1069
4.	Instrumentos Específicos	1069
4.1.	Concessão de Domínio	1070
4.2.	Investidura	1070
4.3.	Incorporação	1071
4.4.	Retrocessão	1071
4.5.	Legitimação de Posse	1072
4.6.	Legitimação Fundiária	1072
X.	Espécies de Bens Públicos	1073
1.	Terras Devolutas	1073
2.	Terrenos de Marinha	1075
3.	Terrenos Acrescidos	1078
4.	Terrenos Reservados e Terrenos Marginais	1078
5.	Terras Ocupadas pelos Índigenas	1080
6.	Plataforma Continental	1081
7.	Ilhas	1081
8.	Faixa de Fronteiras	1084
9.	Subsolo e Riquezas Minerais	1085
XI.	Águas Públicas	1086
XII.	Súmulas	1089
Índice Remissivo		1091
Referências Bibliográficas		1107